

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i29.711>

HISTÓRIA DA ÁFRICA E INTERVENÇÃO EPISTEMOLÓGICA: a Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (UFMA)¹

HISTORY OF AFRICA AND EPISTEMOLOGICAL INTERVENTION: Degree in African and Afro-Brazilian Studies (UFMA)

HISTORIA DE ÁFRICA E INTERVENCIÓN EPISTEMOLÓGICA: la Licenciatura en Estudios Africanos y Afrobrasileños (UFMA)

MARCELO PAGLIOSA CARVALHO

Doutor em Educação (USP)

Professor da Universidade Federal do Maranhão

São Luís/Maranhão/Brasil

marcelo.pagliosa@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisa de pós-doutoramento em História da África (2016-2017). Tem por objetivo discutir possibilidades de intervenção epistemológica em História da África por meio de um caso específico de intervenção: a implementação da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (UFMA), curso inédito no Brasil. Analisa suas contribuições para o ensino das Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras. Estuda as intencionalidades e proposições curriculares que embasam a proposta pedagógica da Licenciatura, que reconhece os contributos africanos na formação social brasileira, sem romantismos ou estereótipos, e colabora na tentativa de se desenvolver novas perspectivas epistemológicas.

Palavras-chave: História da África. Estudos Africanos. Estudos Afro-Brasileiros.

Abstract: This article is the result of postdoctoral research in African History (2016-2017). It aims to discuss possibilities of epistemological intervention in African History through of a specific case of intervention: the implementation of the Degree in African and Afro-Brazilian Studies (UFMA), unprecedented course in Brazil. It analyzes their contributions to the teaching of African and Afro-Brazilian Histories and Cultures. It studies the intentionality and curricular propositions that underlie the pedagogical proposal of this Degree, which recognizes the African contributions in the Brazilian social formation, without romanticism or stereotypes, and collaborates in the attempt to develop new epistemological perspectives.

Keywords: History of Africa. African Studies. Afro-Brazilian Studies.

Resumen: Este artículo es resultado de una investigación postdoctoral en Historia Africana (2016-2017). Su objetivo es discutir las posibilidades de intervención epistemológica en la Historia de África a través de un caso específico de intervención: la implementación de la Licenciatura en Estudios Africanos y Afrobrasileños (UFMA), curso inédito en Brasil. Analiza sus contribuciones a la enseñanza de las Historias y Culturas Africanas y Afrobrasileñas. Estudia las intencionalidades y las propuestas curriculares que basan la propuesta pedagógica de la licenciatura, que reconoce las contribuciones africanas en la formación social brasileña, sin romanticismo ni estereotipos, y colabora en el intento de desarrollar nuevas perspectivas epistemológicas.

Palabras clave: Historia de África. Estudios Africanos. Estudios Afrobrasileños.

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2019 e aprovado para publicação em dezembro de 2019.

Introdução

O objetivo deste artigo é realizar uma discussão sobre as possibilidades de intervenção epistemológica em História da África. Estudaremos a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA, que será examinada enquanto uma iniciativa valiosa para criticar o eurocentrismo presente nos currículos escolares brasileiros e combater os estereótipos ou romantizações comuns quando se fala das histórias desses povos. Histórias que, por sinal, são estruturantes e estruturais da própria história brasileira. As intencionalidades e proposições curriculares que alicerçam a proposta pedagógica do curso serão objetos de nossas reflexões.

1 Por óbvio, a África tem uma história

O drama de África é que o homem africano não entrou suficientemente na história².

...

A história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos [...] Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana³.

“A África tem uma história” Joseph Ki-Zerbo não poderia começar de forma mais brilhante a introdução da Coleção “História Geral da África” da Unesco, obra considerada um marco para o estudo da História do continente africano. Frase direta e apropriada para desmistificar os conceitos que por tantos séculos tentaram desqualificar e desmerecer a história de um conjunto imenso de sujeitos históricos que trouxeram/trazem contribuições imensas à história da humanidade, tal qual qualquer conjunto de povos desse planeta, sem hierarquizações ou preponderâncias.

A História da África não pode ser ignorada, esquecida, tratada como de menor valor, afinal, as relações do Brasil com o continente africano são estruturais e estruturantes. Não há como se estudar a história brasileira sem se adentrar na História da África, sem se ater nas repercussões das contribuições dos africanos para a construção de sua sociedade, quer em

² Nicolas Sarkozy, ex-presidente da França. Discurso em Dacar (Senegal), 26 de Julho de 2007. Mais informações em: http://www.lemonde.fr/afrique/article/2007/11/09/le-discours-de-dakar_976786_3212.html.

³ KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: UNESCO. *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. v.1, p. LII.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

aspectos econômicos, políticos, culturais, religiosos etc., quer para se entender os conflitos e tensões que marcaram/marcam tais relações. Tensões internas e externas.

As histórias enlaçam-se, enriquecem-se, entrecruzam-se. Histórias de trocas culturais, de mentalidades, de longo prazo que repercutem com força nos dias atuais em nosso país. Repercussões em forma de ganhos culturais ou de discriminações contumazes.

O que a gente está tentando mostrar é que existe uma história mundial muito mais complexa das contribuições das diferentes culturas para as ciências e tecnologias que temos hoje. Esse tipo de informação é fundamental para se começar a desconstruir a imagem de que existem povos superiores e inferiores⁴.

O povo brasileiro só se (re)conhecerá de fato quando se entender enquanto parte importante da história dos povos africanos, com o reconhecimento dos contributos africanos em suas formações sociais, sem os romantismos ou estereótipos, tarefa distante de se cumprir. Oliva⁵ ressalta a importância desse reconhecimento:

[...] A História da África e a História do Brasil estão mais próximas do que alguns gostariam. Se nos desdobramos para pesquisar e ensinar tantos conteúdos, em um esforço de, algumas vezes, apenas noticiar o passado, por que não dedicarmos um espaço efetivo para a África em nossos programas ou projetos. Os africanos não foram criados por autogênese nos navios negreiros e nem se limitam em África à simplista e difundida divisão de bantos ou sudaneses. Devemos conhecer a África para, não apenas dar notícias aos alunos, mas internalizá-la neles [...].

A intersecção das histórias e culturas africanas com as brasileiras auxilia a valorizar positivamente as relações entre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no Brasil. O desconhecimento dessa intersecção, em via contrária, produz visões distorcidas, que repercutem, nos extremos, em ações discriminatórias, como nos casos de discriminações raciais que vitimam negros.

Em relação às ciências humanas, em especial a história, retraçar os deslocamentos desumanos provocados pelo colonialismo e, ao mesmo tempo, demonstrar que os povos colonizados tinham uma história que foi interrompida, dando lugar a uma história imposta que os colocou na condição de “selvagens” e “bárbaros”, nos possibilita entender o significado devastador da violência do processo colonial e, ao mesmo tempo, reconhecer que aquele processo, ao tentar apagar a história dos povos colonizados, nos coloca a tarefa contemporânea de reconstituir, em diferentes níveis, contextos e situações, a história que está inscrita nas práticas sociais⁶.

⁴ SILVÉRIO, Valter Roberto. Apresentação. In: UNESCO. *Síntese da coleção História Geral da África: pré-história ao século XVI*. Brasília, DF: UNESCO; MEC; UFSCar, 2013. p. 15.

⁵ OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 3, p. 424, 2003.

⁶ Ibid., p. 14.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

O preconceito ou discriminação racial e a desigualdade nos indicadores educacionais e de renda entre brancos e negros presentes na sociedade brasileira são demonstrações do sistêmico, sistemático e sintomático processo de não valorização de todas as contribuições da população negra.

Durante os últimos quatro séculos, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Apesar de importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de especialistas não africanos, ligados a certos postulados, sustentava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos.

Com a ressalva de não se tratar de construir uma história-revanche, Joseph Ki-Zerbo⁷ mostra os interesses envolvidos no ocultamento da real história africana e a importância de uma reescrita dinâmica:

Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

O senegalês M. Amadou - Mahtar M’Bow, no Prefácio de “História Geral da África”⁸, pontua que a real história desse continente foi escondida do mundo por esses mitos e preconceitos, como se as sociedades africanas não pudessem ter história, e compara o uso das fontes para a construção das narrativas históricas que eram/são consideradas como válidas:

Se a *Ilíada* e a *Odisseia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes. Ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. Tomando frequentemente a “Idade Média” europeia como ponto de referência, os modos de produção, as relações sociais tanto quanto as instituições políticas não eram percebidos senão em referência ao passado da Europa.

⁷ KI-ZERBO, op. cit., p. XXXII.

⁸ M’BOW, M. Amadou-Mahtar. Prefácio. In: UNESCO. *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. v. 1, p. XXI.

Não foi à toa, portanto, que o grupo de especialistas em África que se dedicou a confeccionar a Coleção “História Geral da África” da UNESCO dedicou especial atenção à questão da metodologia, das fontes e no enfrentamento dos problemas e embates históricos e historiográficos que eram alvo de críticas de pesquisadores eurocêntricos. Barbosa⁹ sintetiza em cinco pontos a perspectiva africana presente na geração de historiadores africanos responsáveis por essa Coleção: 1) método internalista: do regionalismo ao difusionismo intra-africano e ao sujeito da resistência; 2) história interdisciplinar, materialista, realista e empírica; 3) definição verificável; 4) princípio universalista; 5) separação do essencial do secundário na explicação histórica.

O Volume I da Coleção, sob responsabilidade do historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo, versa justamente sobre a questão metodológica e a pré-história da África. Geografia histórica, tradição oral e sua metodologia, o lugar da história na sociedade africana e a arte pré-histórica africana foram demarcados como fontes ou abordagens válidas e importantes para a construção da história desse continente. As fontes orais, escritas e as descobertas arqueológicas são colocadas em um patamar horizontal. A metodologia adquire importância:

[...] Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso. Se são esses os objetivos e o porquê desta iniciativa, o como – ou seja, a metodologia – é, como sempre, muito mais penoso¹⁰.

Não apenas o “como” deve ter atenção: Ki-Zerbo destaca o “por quê?”, no que acrescentamos “para quem?”, “para quê?”, “por quem?”. O autor reconhece a dificuldade no manuseio das fontes no continente africano, mas realça que as fontes escritas, os achados arqueológicos e a tradição oral, apoiados pelos estudos da linguística e da antropologia, permitem matizar e aprofundar a interpretação dos dados, mesmo que em muitas ocasiões estejam em estados brutos, necessitando de uma abordagem ampla e com o apoio de diferentes fontes. Ainda sobre o “por quê”, Ki-Zerbo¹¹ afirma:

Trata-se de uma iniciativa científica. As sombras e obscuridades que cercam o passado desse continente constituem um desafio apaixonante para a curiosidade humana. A história da África é pouco conhecida. Quantas genealogias mal feitas! Quantas estruturas esboçadas com pontilhados impressionistas ou mesmo encobertas por espessa neblina! Quantas sequências que parecem absurdas porque o trecho precedente do filme foi cortado! Esse filme desarticulado e parcelado, que não é

⁹ BARBOSA, Muryatan Santana. A perspectiva africana na História Geral da África (Unesco). *Revista Tempo*, Niterói, v. 24, n. 3, set./dez. 2018.

¹⁰ KI-ZERBO, op. cit., p. XXXII.

¹¹ Ibid.

senão a imagem de nossa ignorância, nós o transformamos, por uma formação deplorável ou viciosa, na imagem real da história da África tal como efetivamente se desenrolou [...].

É de suma importância realizar a crítica à historicidade das fontes, compará-las – e isso se chama rigorosidade científica. Falar sobre as fontes para a construção da história africana é discorrer sobre uma diversidade de fontes e de situações sociais. Por exemplo, no século XVI, encontramos escolas corânicas, que deixaram (ou não) registros escritos, e sociedades nas quais a escrita não tinha presença. Outro aspecto é que muitas fontes escritas tiveram fontes orais como base para a redação – o que, vale realçar, não é exclusividade africana.

A História de África não pode ter um papel secundário e pequeno em relação a histórias de outras regiões ou povos. A história da humanidade é muito complexa e fruto de diferentes contribuições, de várias culturas, que nos deixaram como herança conhecimentos científicos e tecnológicos. E esse tipo de compreensão “[...] é fundamental para se começar a desconstruir a imagem de que existem povos superiores e inferiores¹²”.

O campo dos estudos africanos, seja no plano internacional, seja no nacional, vem colaborando no desenvolvimento de pesquisas que transformam as análises historiográficas sobre a História da África. Para Hountondji¹³, a pergunta central que permeia as análises nessa área não poderia ser outra: em que medida são africanos os chamados estudos africanos? O autor beninense defende que as próprias sociedades africanas devem apropriar-se do conhecimento sobre elas, pois seria importante “[...] o desenvolvimento em África de uma tradição autónoma, confiante em si própria, de investigação e conhecimento que responda a problemas e questões suscitados directa ou indirectamente por africanos [...]”. E complementa: o tipo ainda preponderante de pesquisa é extravertido, ou seja, guiado para fora, destinado a ir ao encontro das necessidades teóricas e práticas das sociedades do Norte¹⁴.

Towa¹⁵ afirma que o debate acerca do reconhecimento ou da construção da filosofia africana – com destaque à filosofia negro-africana – tem que se opor ao racismo colonial e às armadilhas do neocolonialismo e à ofensiva do dogmatismo das mitologias

¹² SILVÉRIO, Valter Roberto. Apresentação. In: UNESCO. *Síntese da coleção História Geral da África: pré-história ao século XVI*. Brasília, DF: UNESCO; MEC; UFSCar, 2013. p. 15.

¹³ HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 149, mar. 2008.

¹⁴ Sobre essa questão, recomenda-se observar as críticas de Hountondji à etnofilosofia e ao que ele denomina como “pecado original” que demarcam os estudos africanos na Europa durante o séc. XX. HOUNTONDJI, op. cit., p. 152-156.

¹⁵ TOWA, Marcien. *A ideia de uma filosofia negro-africana*. Belo Horizonte: Nandyala; Curitiba: NEAB-UFPR, 2015.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

semíticas. A recuperação de uma antiga herança negro-africana a ser rejuvenescida deve ter um peso maior do que o simples significado de um empréstimo da cultura europeia. O mesmo deve ocorrer no que tange ao desenvolvimento do pensamento historiográfico africano. A inter-relação entre as disciplinas se faz presente no âmbito dos estudos africanos, como ressalta Hountondji¹⁶:

[...] entre a história africana e a sociologia africana existe, claramente, uma complementaridade objectiva, visto que a situação presente de qualquer sociedade decorre, directa ou indirectamente, do respectivo passado. Por outro lado, um bom conhecimento do presente e da lógica dos acontecimentos na vida actual pode oferecer pontos de vista úteis para compreender o passado. Assim, a sincronia remete para a diacronia e vice-versa. A história e a sociologia são apenas um exemplo. Podem encontrar-se relações similares entre todas as disciplinas que constituem os estudos africanos.

A inclusão das Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras nos currículos escolares brasileiros se relaciona com a democracia, os direitos humanos e a inclusão de todos os sujeitos coletivos na história. A descolonização do currículo, a democratização do processo de formação na educação básica e no ensino superior e a garantia de reflexividade e autonomia colaboram na construção de espaços de intercâmbio e de diálogo. Subsidiarão, inclusive, no reconhecimento de situações em que uma determinada metodologia ou certo conteúdo estão marginalizando ou discriminando minorias sociológicas em nome de uma maioria ideológica e hegemônica, mesmo que não seja maioria demográfica¹⁷.

O conhecimento científico nas ciências humanas ou sociais, segundo Sacristán¹⁸, não é independente daqueles que o desenvolvem, tampouco das circunstâncias nas quais são elaborados. Do mesmo modo, a seleção dos conteúdos escolares dentro dessas áreas também só pode ser compreendida dentro do sistema de influências e de mecanismos de decisão que consequentemente fazem com que se considerem importantes e valiosos uns e não outros. O caráter social do processo de seleção de conteúdos é perpassado por uma série de fatores, dentre os quais, não necessariamente nesta ordem: 1) a relatividade histórica, ou seja, em cada local e momento histórico se entendeu de forma diferente o que era ou não importante a ser ensinado; 2) nem todos os sujeitos históricos têm o mesmo poder decisório nessa seleção curricular, uma vez que o currículo relaciona-se em como os poderes econômico, político, etc.

¹⁶ HOUNTONDJI, op. cit., p. 150.

¹⁷ HERNANDES, Hector Guerra. Afinal, África é patrimônio de quem? Descolonizar o conhecimento como proposta curricular. In: PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Sílvia Marcus de Souza (org.). *Nossa África: ensino e pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 40.

¹⁸ SACRISTÁN, J. Gimeno. O que são os conteúdos do ensino? In: SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pères. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

estão constituídos e concentrados; e 3) essa seleção do currículo acaba por favorecer mais uns que outros. Em relação a esse último item, cabe citar as seguintes considerações:

[...] O conhecimento escolar filtrado nos currículos tem valor muito diferente para os alunos / as de acordo com sua procedência social e conforme as possibilidades de permanecer no sistema educativo. O conteúdo selecionado como dominante não é diferente às divisões sociais entre grupos humanos: mulher-homem, criança-rural / criança-urbana, aluno / a de classe média ou alta, grupos étnicos minoritários e majoritários, candidatos a operários agrícolas ou manuais frente a profissionais de “colarinho branco”, etc. O currículo regula não apenas os conteúdos que se lecionam, mas também os distribui socialmente¹⁹.

No Brasil, a implementação da Lei nº 10.639/2003²⁰, que obrigou a inclusão das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares, não encontra barreiras apenas na educação básica, mas também em cursos de nível superior, mesmo em cursos de pedagogia ou nas licenciaturas. Gomes²¹ ressalta que muitas dessas graduações têm pouco ou nenhum acúmulo sobre a temática racial e muitas vezes são permeadas de resistência à inserção da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Arroyo²² lembra a importância de se desenvolver políticas mais focadas de formação inicial de professores e administradores para o trato da diversidade. Obrigar os centros de formação a incorporar nos currículos de pedagogia e de licenciatura o conhecimento da realidade intercultural é um dos pontos principais que podem garantir os avanços que se fazem ainda imprescindíveis.

O estudo sobre o continente africano – real, desprovido de pré-conceitos ou romantismos – contribui para uma melhor compreensão de mundo, da história brasileira, bem como colabora para a busca de entendimentos científicos mais justos e equilibrados no trato dos diversos legados dos povos que compõem a humanidade e auxilia na construção de novas abordagens ou epistemologias.

¹⁹ Ibid., p. 156.

²⁰ BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

²¹ GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-109.

²² ARROYO, Miguel. G. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 111-130.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

Como afirmam Barros e Barbosa²³, “A história e cultura africana e afro-brasileira mostram uma variedade de experiências sociais que apontam para a abertura ao mundo, à vida, para a inclusão e não a exclusão do outro, para a solidariedade na história”.

Joseph Ki-Zerbo²⁴ afirma que a História anda sobre dois pés: o da liberdade e o da necessidade. É urgente a busca por andanças em torno da busca pela liberdade epistemológica, que retire da exclusão os paradigmas advindos do que se postulou como as “epistemologias do sul”, e a necessidade de revelar histórias ou caminhadas que foram ocultadas pelo pensamento hegemônico que empoderou o eurocentrismo como única e válida forma de se compreender os fenômenos humanos e sociais.

2 A Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA: possibilidade de intervenção epistemológica

[...] Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio. E a identidade é o papel assumido; é como uma peça de teatro, em que cada um recebe um papel para desempenhar²⁵.

As visões sobre a África no Brasil persistem carregadas de estereótipos e preconceitos. Há uma lacuna acerca de análises mais realistas em relação a este continente. Essas percepções repercutem negativamente na identificação identitária do povo brasileiro, em especial da população negra, maioria no país. A discriminação racial contra os(as) negros(as) é alicerçada no fato de que as práticas e/ou contribuições de seus ancestrais são abafadas, marginalizadas ou deturpadas²⁶. Os legados dos africanos para a ciência e a cultura universais são, na maior parte dos casos, simplificados, desprezados, ridicularizados ou excluídos dos currículos escolares brasileiros.

Nesse contexto de disputas por políticas educacionais que incluam as Histórias e a Culturas Africanas e Afro-Brasileiras se insere a implantação e o desenvolvimento da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA. Tal iniciativa deve ser considerada enquanto uma política de ação afirmativa cujo objetivo é auxiliar na implementação do arcabouço legal desenvolvido no Brasil no período 2003-2016, que procurou assegurar maiores possibilidades educacionais à população negra, bem como

²³ BARROS, Antônio E. A.; BARBOSA, Viviane de O. Estudos africanos e afro-brasileiros em perspectiva extensionista. *Outros Tempos*, São Luís, v. 15, n. 26, p. 244, 2018.

²⁴ KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?*: entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

²⁵ *Ibid.*, p. 12.

²⁶ SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D'África: a temática em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

valorizar a História, a memória, os saberes e conhecimentos dos(as) negros(as). A Lei nº 10.639/2003 pode ser destacada como a matriz principal desse rol de documentos legais que necessita de políticas mais incisivas para que, de fato, tenha-se no país uma mudança nas relações étnico-raciais.

Antes de perscrutarmos as proposições curriculares e as contribuições dessa Licenciatura inaugurada no Maranhão, faz-se necessário conferir uma maior latitude histórica à análise dos estudos africanos no Brasil, até porque ela é resultado de reivindicações e proposições do movimento negro que remontam à (pelo menos) década de 1970 e que desembocam na Lei 10.639/2003.

No campo acadêmico, é notória a relevância dos Centros de Estudos Africanos da UFBA, da USP e grupos de outras instituições, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, na institucionalização do campo, uma vez que possibilitaram, a partir destes espaços de produção do conhecimento, a institucionalização e o aprofundamento das pesquisas na área. A iniciativa acadêmica que marca o desenvolvimento desse campo foi a criação, em 1959, do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, em um contexto caracterizado pelas relações do Brasil com uma série de países africanos que estavam conseguindo a libertação do colonialismo. A *Afro-Ásia*, editada pelo CEAO a partir de 1965, foi a primeira revista acadêmica da América Latina voltada exclusivamente para estudos e pesquisas relacionados com África e a diáspora africana. O Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, inaugurado em 2005, proposta única e pioneira no Brasil, vem contribuindo para formar uma geração de pesquisadores(as) – mestres e doutores – na área e para a introdução de temas afro-brasileiros e africanos nos currículos escolares.

Outra iniciativa histórica na área dos estudos africanos no Brasil foi a inauguração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2010, cuja missão institucional específica é a de formar profissionais e cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sobretudo os países africanos e Timor Leste, e promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. O local escolhido para ser o primeiro campus traz consigo uma importante simbologia: a cidade de Redenção, no Ceará, pioneira na abolição da escravatura (1883). A UNILAB cumpre, portanto, dois aspectos ou necessidades: 1) amplia a oferta de cursos superiores em regiões

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

carentes²⁷ e 2) fortalece as relações de cooperação com o continente africano. Apesar de não possuir, necessariamente, graduação ou pós-graduação em estudos africanos, seus cursos realizam abordagens específicas em temas de suma importância para o desenvolvimento dessa área ou para gerar expertise em temas de interesse das nações africanas²⁸.

O GT História da África da Associação Nacional de História (ANPUH) é outro valioso espaço de produção, divulgação, discussão e fomento de pesquisas na área, bem como de promoção da interlocução entre investigadores(as). Consolida-se, ao longo da década de 2010, como um grupo que defende a especificidade da História da África e sua importância para o campo da História, impulsiona o ensino da História da África e a formulação de políticas públicas relacionadas ao ensino em seus diversos níveis e congrega pesquisadores(as) dentro de um arco interdisciplinar e plural característico dos estudos africanos.

Após esse breve levantamento acerca de iniciativas correlatas, vamos à experiência maranhense. Com sede na Cidade Universitária do Campus de São Luís-Maranhão, a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA tem como objetivo oferecer uma graduação interdisciplinar em Ciências Humanas. As áreas do conhecimento englobadas nas disciplinas obrigatórias do curso são: História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Letras, Educação e Música. A área de História é a que possui o maior número de disciplinas no Projeto Pedagógico do curso.

A estrutura curricular possui disciplinas da área de História que são voltadas diretamente à temática do curso, como: “África I: Sociedades e Culturas”; “África II: Colonialismo e Independências”; e “A Diáspora Africana”. Outro diferencial é o oferecimento de disciplinas concernentes aos estudos africanos e afro-brasileiros: “Filosofia Africana”; “Sociologia Africana”; “Educação para as Relações Étnico-Raciais”; “Geografia da África I: população, cidades e geoeconomia”; e “Literatura africana e afro-brasileira”.

A estrutura da área de História foi baseada em um currículo por território, ou seja, não há disciplinas cujos marcos são periodizações históricas, tais como História Medieval, Moderna, Contemporânea, comuns na maior parte dos cursos de História no Brasil. A referência são os continentes ou grandes extensões territoriais, por exemplo: “História da Europa: Poder, Guerras e Revoluções”; “América do Sul: História e Sociedades”; “Oriente

²⁷ As atividades da UNILAB estão distribuídas em quatro campi: Campus da Liberdade e Campus das Auroras, em Redenção (CE); Campus dos Palmares, em Acarape (CE); e Campus dos Malês em São Francisco do Conde (BA).

²⁸ Para maiores informações sobre os cursos oferecidos pela UNILAB, acessar <http://www.unilab.edu.br/>

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

Médio, Ásia e Oceania: sociedades e povos”; e “História do Caribe, da América Central e da América do Norte”.

Enrique Dussel²⁹, ao tecer considerações acerca de uma História das eticidades, ressalta a importância de se criticar a periodização ideológica da História:

Esta maneira de interpretar a história prepara-nos para uma compreensão do fenômeno da “modernidade” desde outro horizonte histórico, que permite com plena consciência criticar a periodização *ideológica* da história em História Antiga, Medieval e Moderna, que é ingenuamente helenocêntrica e eurocêntrica.

Para o autor, a divisão “pseudocientífica” da História em Idade Antiga (antecessora), Média (preparatória) e Moderna (sinônimo de Europa) seria uma organização ideológica e deformante da História. O rompimento com esse horizonte redutivo possibilitaria à filosofia (e à ética) libertar(em)-se da falsa conexão que colocam a universalidade e o europeísmo como idênticos.

Essa cosmovisão epistemológica e hegemônica eurocêntrica continua presente nas mentalidades (não só) ocidentais. Daí a necessidade de se realizar reflexões acerca das repercussões que essa cosmovisão unicamente valorizada e tida como válida traz aos currículos, como aos brasileiros. O estudo do pensamento (tradições e filosofias) na África, Ásia e América Latina é um instrumento valioso de uma história que resgata precisamente o contradiscurso não-hegemônico, dominado, silenciado, esquecido ou mesmo excluído, o da alteridade da modernidade³⁰.

A proposta desta Licenciatura afirma a História da África e de suas diásporas, a memória, a cultura, as cosmovisões dos povos africanos e diaspóricos enquanto conhecimentos legítimos, enquanto conhecimentos científicos. Não são considerados como simples objetos de estudo, ainda comuns em alguns estudos nas áreas das Ciências Humanas/Sociais – mas não só nelas. Ao contrário, todos esses aspectos advindos dos(as) africanos(as) e das diásporas africanas são tidos como conhecimentos acumulados pela humanidade, como todo conhecimento humano, não importando a origem étnico-racial, territorial de origem, matriz religiosa, entre outros fatores.

Sacristán³¹ destaca que os conteúdos que alicerçam os currículos escolares não são politicamente indiferentes, uma vez que a seleção considerada como adequada está sujeita às forças dominantes de cada momento e aos valores que historicamente foram delineando o

²⁹ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25. grifos do autor.

³⁰ DUSSEL, op. cit.

³¹ SACRISTÁN, op. cit., p. 155.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

que se acredita que é imperioso para ser ensinado ou transmitido: “[...] Para conhecer o que há por trás de qualquer das práticas é preciso explicitar as idéias, os interesses, os valores e os mecanismos de decisão que a determinam”.

Outra particularidade da estrutura curricular da Licenciatura é o destaque para disciplinas que tratam da América Latina: “América do Sul: História e Sociedades” (História) e “Movimentos sociais e relações étnico-raciais na América Latina” (Sociologia). Há, ainda, disciplinas comuns em cursos de licenciaturas, como as de Fundamentos da Educação, e disciplinas gerais ou introdutórias nas áreas do conhecimento do curso. Destaque também para a disciplina “Epistemologias do Sul” (Filosofia).

O Projeto Pedagógico da Licenciatura procura ressaltar que não se trata de trocar um foco, uma cosmovisão eurocêntrica por uma africana. A intenção é ressaltar as contribuições de todos(as) os(as) sujeitos históricos que tiveram, até aqui, suas histórias desprezadas no chamado “Conhecimento Acumulado pela Humanidade”. No Brasil, a crítica ao currículo eurocêntrico foi um dos motivos principais que levaram pesquisadores(as) e o movimento negro a exigirem do Estado brasileiro leis que abarcassem as Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras. A Lei nº 10.639/2003 é o maior sinônimo da conquista dessa luta empreendida por esses sujeitos.

De acordo com o moçambicano José P. Castiano³², no quadro da modernidade, a forma como se concebe a ciência, em geral, é eurocêntrica e carrega consigo conceitos de centralidade epistêmica que devem ser questionados:

[...] O eurocentrismo consiste em confundir ou sobrepor o discurso “universalista” com momentos ou processos que, de facto, estão circunscritos ao continente europeu. Assim também, muitas conquistas na cultura, na ciência, na economia, na política, etc. que são descritas como sendo europeias são, de facto, produto da criatividade de vários povos do mundo. Assim, no campo das ciências, a modernidade cria o *epistemicídio* de outras regiões do mundo diferentes da Europa.

A libertação epistêmica em relação a esse conhecimento hegemonicamente eurocêntrico alicerça a proposição dessa Licenciatura. O direito a autoemancipação dos conhecimentos dos povos da chamada “periferia” (em sentido oposto ao que se convencionou situar o eurocentrismo como sinônimo de “centro” epistemológico”), a busca por um currículo e por uma construção geográfica, histórica, literária, sociológica, filosófica e de um pensamento educacional que valorizem visões não-eurocênicas da modernidade, sem, por óbvio, desconsiderar toda a produção também construída no decorrer dos séculos pelos

³² CASTIANO, José P. *Os saberes locais na academia: condições e possibilidades de sua legitimação*. Maputo: Editora Educar/CEMEC/Universidade Pedagógica, 2013. p. 45-46. grifos do autor.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

européus. Como salienta Castiano³³, ao destacar a importância da tomada de consciência de uma posição epistêmica, “[...] assumir crítica e conscientemente o facto de que nenhum ser humano, seja ele do ocidente ou do oriente, sul ou norte, pode pretender assumir-se como sujeito possuidor de um saber absoluto [...]”.

Castiano e Ngoenha³⁴ defendem o conceito de “intersubjectivação”, que seria, no contexto da África atual, mais adequado do que o conceito de “interculturalidade”. Para os autores, embora o termo “cultura” faça referência à dimensão antropológica e o diálogo intercultural ter a possibilidade de se realizar de maneira horizontal, são os sujeitos epistemológicos – e não as culturas – que têm a possibilidade de dialogar. Nessa interpretação, os intersujeitos africanos em ação é que seriam os responsáveis engajados em construir espaços de intersubjetivação, em realizar a *práxis* filosófica. A educação seria o *locus* privilegiado para a sua efetivação e a Liberdade seria o paradigma axiológico e a condição fundamental à emancipação da própria filosofia africana. Nesse sentido, a intersubjetivação seria um projeto de “desconstrução” e de “construção” epistêmicas da ideia de África.

Ou seja, ao criticar a chamada “arrogância epistemológica”, exige-se que o “outro” epistêmico tenha o seu espaço na produção do conhecimento construído no mundo. Mesmo em África, o desenvolvimento da educação deve também beber em fontes inovadoras originais ou estrangeiras, desde que se constitua o objeto de uma análise crítica e de uma reflexão voltada às realidades próprias do continente³⁵.

Hernandes³⁶ ressalta a importância de se abrir caminhos ou possibilidades heurísticas com um caráter mais descolonizador e que contribuam para uma melhor aproximação às realidades africanas. Uma das primeiras tarefas, e provavelmente a mais necessária, “[...] seja o trabalho de desconstrução da universalidade da história europeia como modelo de análise e interpretação de outras temporalidades, nelas a africana incluída [...]”. Para auxiliar na busca pela autonomia dos processos históricos no continente, cita que é imprescindível recolocar o papel da interdisciplinaridade e dos estudos comparativos na

³³ Ibid., p. 55.

³⁴ CASTIANO, José; NGOENHA, Severino E. *Pensamento engajado: ensaios sobre filosofia africana, educação e cultura política*. Maputo: Editora Educar, CEMEC, Universidade Pedagógica, 2011.

³⁵ HABTE, A.; T. WAGAW; J. F. Ade AJAYI. Educação e mudança social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *História Geral da África: África desde 1935*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011. v. 8, cap. 22, p. 817-841.

³⁶ HERNANDES, H. G. Afinal, África é patrimônio de quem?: descolonizar o conhecimento como proposta curricular. In: PAULA, S. M. de; CORREA, S. M. de S. (org.). *Nossa África: ensino e pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 37.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

produção do conhecimento histórico em torno do continente africano. Esse raciocínio se coaduna com a organização curricular da licenciatura brasileira.

A citação a seguir ressalta a importância de se ter cursos interdisciplinares ou multidisciplinares sobre a temática africana e afro-brasileira, e não apenas uma disciplina isolada e fragmentada:

[...] se continuarmos, como até hoje, entendo-a (História da África) como disciplina isolada em um currículo ainda e apenas eurocentrado, desligada das outras matérias que constituem a formação das futuras historiadoras e dos futuros historiadores, se a continuarmos mantendo fora do conjunto da história geral da humanidade, após dez anos de implementação da lei (nº 10.639/2003/BRASIL), todos os esforços até aqui realizados não terão os efeitos idealizados, além da produção de um grupo elitista e pouco significativo de especialistas sobre o tema³⁷.

A proposta político-pedagógica da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA não é apenas *interdisciplinar*, mas também *indisciplinar*, no sentido de que busca sair do senso comum das disciplinas historicamente trabalhadas e tidas como imutáveis. Essa busca atesta a determinação em se construir novos paradigmas, novas abordagens de análises. E isso não é pouca coisa.

Outra particularidade da estrutura político-pedagógica dessa Licenciatura são os eixos interdisciplinares: 1) Literatura Africana e Afro-Diaspórica; 2) Cinema Africano e Afro-Diaspórico; 3) Grandes Pensadores(as) Africanos(as) e da Diáspora; 4) Políticas Antirracistas no Mundo. Cada um desses eixos é trabalhado anualmente – em forma de rodízio, cuja sequência vai do primeiro ao quarto eixo –, em conjunto com uma bibliografia obrigatória, para o trabalho em todas as áreas do conhecimento ou disciplinas oferecidas.

A Licenciatura em questão, portanto, trata-se de uma tentativa de coletivos negros e de seus apoiadores de (re)escrever uma História que visibilize a memória, os conhecimentos e as contribuições da população negra brasileira, dos africanos(as), das diásporas africanas no mundo no decorrer dos tempos e na atualidade. José A. dos Santos³⁸ afirma que as perspectivas de estudos intituladas de *pós-coloniais*, *estudos culturais* ou mesmo *estudos da diáspora* têm como objetivo a busca de inversão da lógica usual na produção do conhecimento, em geral, realizada do centro para a periferia.

O principal desafio da Licenciatura talvez seja o movimento de responder ao desprezo dos olhares e das análises epistemológicas hegemônicas ao mesmo tempo em que se

³⁷ Ibid., p. 40.

³⁸ SANTOS, José A. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, José R. *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 181-192.

Outros Tempos, vol. 17, n. 29, 2020, p. 1 - 16. ISSN: 1808-8031

tenta construir uma epistemologia que ressalta as contribuições desses coletivos negros vitimados também por setores científicos dominantes.

A proposta da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros objetiva contribuir na intervenção e no questionamento das lógicas que excluem histórias, memórias, culturas, matrizes religiosas africanas/afro-brasileiras, bem como colaborar na superação de imaginários, estereótipos e atitudes de desrespeito, mais ainda, de violência (não só) simbólica contra coletivos negros.

Algumas perguntas estão no cerne do currículo desta Licenciatura: Qual é o conhecimento acumulado e transmitido aos estudantes da educação básica e do ensino superior no Brasil? Qual é a perspectiva de Ciência? De Cultura? Qual é o direito ao conhecimento que deveria ser comum a todos os coletivos?

Tornar os saberes, memórias, formas de pensar advindos da população negra em legítimos é o grande aspecto a ser buscado nas políticas públicas educacionais que contemplem a pedagogia intercultural. A Licenciatura tem justamente esta utopia a ser alcançada e está inserida na tentativa de se desenvolver novas perspectivas epistemológicas.

Considerações provisoriamente finais

A análise do continente africano colabora para uma melhor compreensão da história do Brasil e contribui na busca de entendimentos científicos mais rigorosos quanto aos diversos legados dos povos que compõem a humanidade, auxiliando na construção de novas abordagens ou epistemologias.

A inclusão das Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras nos currículos escolares brasileiros se relaciona com a democracia, os direitos humanos e a inclusão de todos os sujeitos coletivos na história. Por conseguinte, o desenvolvimento da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA, iniciativa inédita no país, é um exemplo de ação afirmativa que permite interrogar as lógicas universalistas de igualdade nas quais o sistema escolar se estrutura.

Ao questionar os currículos essencialmente eurocêntricos presentes nos currículos universitários brasileiros, a implantação desse curso enfatiza a libertação epistêmica e afirma a História da África e de suas diásporas como conhecimentos legítimos e científicos.